

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROG

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO – APMGD



PLANO DE ENSINO

Centro: Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA

Curso: CFO – PM

Departamento: Departamento de direito, economia e

contabilidade - DDEC

Disciplina: Direito Constitucional Código: ASL232N211

Carga Horária: 60h Créditos: 4 Pré-requisito: sem

Professor(a): Francisco Jose Pinto Silva Matricula: Titulação:

Semestre Letivo/Ano: 2° semestre

Tutor(a) / (EaD): não aplicável.

1 Ementa

Teoria geral do Estado. Constituição. Conceito. Classificação. Poder Constituinte. Controle da constituição. Classificação e eficácia das normas Constitucionais. Interpretação das normas Constitucionais. Princípios e Normas Constitucionais. Direitos e Garantias Fundamentais. Estado Federação. Administração Pública; Principio e Normas Gerais. Poder Legislativo. Poder Executivo. Der Judiciário. Ministério Público. Advocacia Geral e Defensoria Pública. Defesa Do Estado e das Instituições Democráticas.

2 Objetivo Geral

Proporcionar conhecimentos teóricos e práticos sobre o conteúdo da disciplina tem por finalidade de oferecer o suporte básico parasse estender o Direito Constitucional contemporâneo, principalmente com um enfoque doutrinário e da interpretação da Corte Constitucional do Texto da Constituição de 1988, buscando enriquecer tanto o trabalho acadêmico de pesquisa como a pratica de cidadania.

3 Objetivos Específicos

Conhecer, debater e ponderar os institutos introdutórios do Direito constitucional I, sempre tendo como parâmetro a análise de doutrina e jurisprudência majoritárias.

4 Conteúdo Programático	C/H
Unidade Temática 1 - Direito Constitucional:	
Conceito, Objeto e Conteúdo Cientifico	
Teoria Geral do Estado	
Classificação das Constituições	

Poder Constituinte	10
Controle da Constituição	
Classificação e Eficácia da Normas Constitucionais	
Interpretação das Normas Constitucionais	
Mutações Constitucionais	
Unidade Temática 2 – Constituições: Constituição	10
de 1824	
Constituição de 1891	
Constituição de 1934	
Constituição de 1937	
Constituição de 1946	
Constituição de 1967 e sua ementa nº1 de 1969; Constituição	
de 1988	
Unidade Temática 3 - Princípios Fundamentais:	
Aspecto do Termo Princípio	
Princípios e Normas Constitucionais	
Classificação dos Princípios Constitucionais	
Princípios Fundamentais e Preambulo Constitucional	
Princípios fundamentais de Estado Brasileiro	
Republica	
Estado Federal	
Estado Democrático de Direito	10
Separação de Poderes	
Soberania	
Cidadania	
Dignidade de Pessoa Humana	
Valores Sociais de Trabalho e da Livre Iniciativa	
Pluralismo Político- Interesses Coletivos e Difusos	
Objetivos fundamentais do Estado Brasileiro	
Princípio da Ordem Internacional	
Unidade Temática 4 - Direito e Garantias Fundamentais e	
Históricos:	
Valor Jurídico das Declarações de Direito	7
Classificação	
Limites dos Direitos Fundamentais	
Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição de 1988	
Unidade Temática 5 – Nacionalidade:	
Nacionais e Estrangeiros	3
Aquisição da Nacionalidade	
Unidade Temática 6 - Direitos Políticos:	
Jus Soli e Jus Sanguinis	
Brasileiros Natos e Naturalizados	
Perda de Nacionalidade	
Sufrágio	10
Elegibilidade	'
Inelegibilidade	
Suspensão e Perda dos Direitos Políticos	
2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	
	I

Considerações Gerais		
Unidade Temática 7 - Partidos Políticos: Origem dos Partidos Políticos no Sentido Moderno Classificação dos Partidos Políticos Os Partidos Político na Constituição de 1988		10
OS FARILICOS FORILICO HA CONSTITUIÇÃO DE 1900	Carga Horária Total	60

5 Procedimentos Metodológicos

A disciplina será ministrada em aulas teóricas ou praticas, podendo-se utilizar, dentre outras metodologias, pesquisas, leituras, barbalhos de equipes, exercícios programados, seminários, grupos de discussão e exposição dialogadas. Será valorizada uma atitude crítica e criativa na apresentação dos temas abordados.

6 Recursos Didáticos

A disciplina será ministrada utilizando-se dos recursos instrucionais disponíveis na UEMA, tais como: retroprojetor, Datashow, pc veiw, vídeo microsystem, flip chart, quadro e pincel.

7 Avaliação

Será observado um método de avaliação continuo, por indicadores:- frequência nas aulas; participação nas diversas atividades; nível de desenvolvimento pessoal, de apreensão do conteúdo e da reflexão; aplicação de instrumentos objetivos de avaliação: produção de síntese de resenhas; elaboração de pesquisas, provas individuais, em grupo, com ou sem consulta a materiais; a mensuração do processo de avaliação será objetivada a partir de uma escala de pontos de 0 a 10.

A avaliação da aprendizagem, em cada modelo, obedecera ao seguinte critério:

- Pontualidade e Frequência......5%
- Engajamento.......7%
- Leitura prévia dos textos e qualidade das intervenções nas atividades......8%
- Paralização dos trabalhos atendendo as exigências......20%

8 Atividades Práticas

Parte da disciplina é ministrada em laboratório com munido de: protoboards, componentes, multímetros e fontes.

9 Referência Básica

- BOBIO, Norberto. A Teoria das Forças de Governo. Brasília, Editora da UNB, 1995.
- BARROSO, Luís Roberto. O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas, Limites e Possibilidades da Constituição Brasileira. Rio de Janeiro, Renovar, 2007.
- 3. CARVALHO, kilder G. Direito Constitucional Didático. Del rei Editora, 2010.
- 4. BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado social**. Rio Forense, 2010
- CAPPELLETTI, Mauro. O Controle Judicial de Constitucionalidade: das leis do Direito Comparado.

10 Referência Complementar

- 1. CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito Constitucional. Coimbra, Almedina, 2007.
- 2. CASTRO, Carlos Roberto de Siqueira. **O devido processo legal e a** razoabilidade das leis na nova constituição Brasil. Rio, Forense,208.

3. FERREIRA, Pinto. Curso de direito constitucional. São Paulo, 2008.		
Data de emissão: / /		
SÃO LUÍS – MA, APROVADO EM:// 20		

Docente responsável (NOME) (MATRÍCULA)

Dra. Vera Lúcia Bezerra Santos Diretora do CFO/PMMA